

Ano XXVI nº 6555 – 19 de abril de 2022

A proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê salário mínimo abaixo da inflação projetada pelo BC em 2023

O novo valor do salário mínimo previsto para 2023 é de R\$ 1.294,00. Portanto, o aumento será de apenas 6,7%, percentual abaixo da inflação de 11,30% acumulada nos últimos 12 meses, a maior desde outubro de 2003. O Banco Central elevou a estimativa de inflação para este ano. Segundo a instituição, as projeções de inflação para 2022 ficam em torno de 10,6% nos dois primeiros trimestres do ano, caindo para 7,1% no fim de 2022.

O novo salário mínimo consta no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o ano de 2023 (PLN 5/2022). Elaborada pelo governo federal, a proposta chegou ao Congresso Nacional no final da semana passada e estipula também a remuneração básica para 2024 e 2025: R\$ 1.337,00 e R\$ 1.378,00, respectivamente.

A partir do levantamento do valor médio da cesta básica no país no mês de março, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estima que o salário mínimo ideal para uma família brasileira de quatro pessoas, com dois adultos e duas crianças, seria o de R\$ 6.394,76, valor quase cinco vezes maior do que o piso nacional sugerido para 2023. A proposta que traz o planejamento de orçamento para 2023 demonstra que o governo estima, mais uma vez, fechar o ano no vermelho. Isso porque as despesas governamentais devem superar as receitas da União.

Bancos mais rentáveis, trabalhadores doentes

A provedora de informações financeiras Ecomatica realizou um estudo sobre a rentabilidade dos grandes bancos com mais de US\$ 100 bilhões em ativos, em 2021. Dos dez primeiros da lista, quatro são brasileiros.

O ranking é liderado pelo americano Capital One (retorno sobre o patrimônio, ROE, de 20,4%), na sequência aparecem Santander Brasil (18,9%), o Itaú (17,3%), o Banco do Brasil (15,7%) e o Bradesco (15,2%).

O setor bancário é um dos poucos que continuam lucrando mesmo em um cenário de recessão econômica. O método utilizado para garantir a alta lucratividade no setor bancário é, no mínimo, desumano. Enquanto as relações de trabalho são precarizadas com redução de direitos, fechamento de agências e cortes no quadro de funcionários, as cobranças por metas inatingíveis se intensificam e o resultado não é de se surpreender: a categoria bancária hoje é uma das que mais adoecem no Brasil.



Trabalho infantil no Brasil pode ser 7 vezes maior do que apontam pesquisas

O número de jovens brasileiros de 07 a 14 anos exercendo algum tipo de trabalho infantil pode ser cerca de sete vezes maior do que apontam as estatísticas oficiais. No país, 5,7 milhões de crianças estão nessa situação.

Os dados oficiais e mais recentes da WDI (World Development Indicators) mostram, no entanto, que 2,5% das crianças brasileiras trabalhavam em 2015, o equivalente a 738,6 mil pessoas. A situação real é bem diferente. É o que aponta estudo feito por pesquisadores da Universidade de Zurique (Suíça) e da Pensilvânia (EUA), que segue dados agregados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho), que têm como base pesquisas realizadas em diferentes países.

Os parâmetros utilizados para definir o trabalho infantil seguem as definições de organismos internacionais, como o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). De acordo com os pesquisadores, na verdade, o percentual de criança trabalhando chega a 19,15%, afetando 5,658 milhões de jovens. Na comparação com países latinos, o Brasil tem situação melhor do que Argentina, Bolívia e Colômbia, que possuem percentuais entre 20,3% e 34,9%. No caso da Costa do Marfim, a taxa chega a 50,8%.

Trabalho infantil consiste em toda atividade econômica ou de autoconsumo perigosa ou prejudicial à saúde física e mental das crianças. Além de interferir na escolarização dos jovens. No Brasil, a subnotificação e deficiência de políticas públicas interferem neste cenário.